



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES EM ESCOLAS NO/DO
CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Manuela Finokiet, manuela.finokiet@alvorada.ifrs.edu.br
IFRS campus Alvorada, Brasil

Irio Luiz Conti, irioconti@gmail.com
IFIBE, Brasil

Elenir de Fátima Cazzarotto Mousquer, elenir.mousquer@iffarroupilha.edu.br
IFFar campus Júlio de Castilhos, Brasil

Luís Antônio Rosa de Melo, luisantoniorosajc2@gmail.com
IFFar campus Júlio de Castilhos, Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O contexto educativo brasileiro é diverso e as escolas públicas, de educação básica, representam um universo que aproxima e abrange mundos de vida bastante distintos. No contexto brasileiro vive-se um momento de intensas disputas entre a consolidação e manutenção de políticas públicas voltadas à valorização da educação no/do campo e políticas que enfraquecem e fragilizam as iniciativas de resistência dos/as trabalhadores/as e educadores/as do campo. Considerando esse panorama, o trabalho busca identificar como diferentes escolas públicas no/do campo, localizadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, têm se organizado frente à flexibilizações de direitos sociais que vem ocorrendo no Brasil e tem implicações e efeitos no campo educacional. Esse processo de flexibilização que se intensificou nos últimos anos envolve ações que abrangem desde alterações curriculares até o fechamento de escolas. Assim, a partir de interlocuções junto às escolas e pesquisa documental, busca-se caracterizar o contexto que culminou na abertura de algumas escolas públicas no/do campo e como estas estão organizadas no atual cenário. Entende-se Educação do campo, não enquanto proposta de educação, mas como afirmação e luta por uma concepção de educação (e de campo) diferente da hegemônica, na qual há o protagonismo de movimentos sociais. Assume-se, também, que a educação, como possibilidade de intervenção social, possibilita diferentes formas de compreensão de realidades, muitas vezes, naturalizadas por percepções de mundo que são reforçadas pelo processo educacional. Esse deixa de ser “reprodutor” à medida em que envolve pessoas com diferentes oportunidades de “fala” e possibilita distintas maneiras de viver e de interpretar os mundos estruturados, mas não necessariamente determinados. A escola é um espaço de possibilidades de socialização (entre crianças, jovens e adultos), de preparação para o trabalho, de ressignificação de discursos e resistência nas quais os processos de mediação são importantes para a comunidade escolar e seus diferentes segmentos (educadores/as, educandos/as, familiares, gestores/as, movimentos sociais e servidores).

Palavras-chave: Educação do campo; escolas públicas; MST.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

El contexto educativo brasileño es diverso y las escuelas públicas, de educación básica, representan un universo que aproxima y comprende mundos de vida bastante distintos. En el contexto brasileño vivimos un momento impar de disputas entre la consolidación y mantenimiento de políticas públicas de valoración de la educación en el/del campo y políticas que enflaquecen y fragilizan las iniciativas de resistencia d los trabajadores/las y educadores/las del campo. Considerando ese panorama, el trabajo búsqueda identificar como diferentes escuelas públicas en el/del campo en el interior del Estado del Río Grande del Sur – Brasil tienen se organizado frente a las flexibilizaciones de derechos sociales que vienen ocurriendo en Brasil, con implicancias y efectos en el campo educacional. Ese proceso de flexibilización, que se intensificó en los últimos años, envuelve acciones que van desde alteraciones curriculares hasta el cierre de escuelas. Así, a partir de interlocuciones junto a las escuelas e investigaciones documentales buscaremos caracterizar el contexto que culminó en la apertura de algunas escuelas públicas en el/del campo y como estas están organizadas llevando en cuenta el escenario actual. Entendimos la educación del campo, no mientras propuesta de educación, pero como afirmación y lucha por una concepción de educación (y de campo) diferente de la hegemónica en la cual hay el protagonismo de los movimientos sociales. Asumimos también que la educación, como posibilidad de intervención social, permite diferentes formas de comprender realidades, muchas veces, naturalizadas por percepciones de mundo que fueran reforzadas por el proceso educacional. Ese proceso no es solo ‘reproductor’, pues, en la medida en que envuelve personas, aunque con diferentes oportunidades de ‘habla’, permite también diferentes maneras de interpretar y vivir en un mundo estructurado, pero no necesariamente determinado. La escuela es un espacio de posibilidades de socialização (entre niños, jóvenes y adultos), preparación para el trabajo, ressignificação de discursos y luchas de resistencia, en las cuales los procesos de mediación son importantes para la comunidad escolar y sus diferentes segmentos (educadores/las, educandos/las, familiares, gestores/las, movimientos sociales y servidores).

Palabras clave: Educación del campo; escuelas públicas; MST.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1. Introdução

O contexto educativo brasileiro é plural e as escolas públicas, de educação básica, representam um universo que aproxima e abrange mundos de vida bastante distintos. Atualmente vivencia-se um momento de disputas entre, por um lado, a consolidação e manutenção de políticas públicas voltadas à valorização da educação e das escolas públicas, entre as quais se inclui a educação no/do campo, e, por outro lado, medidas de políticas e procedimentos públicos que enfraquecem e fragilizam as iniciativas educacionais de resistência dos/as trabalhadores/as e educadores/as do campo.

A educação e as escolas públicas encontram-se em um processo de reconfiguração e fragilização que se intensificou com o desmonte das políticas públicas em curso a partir do *impeachment* da Presidenta da República impetrado pelo Congresso Nacional em 2016¹. A aprovação da Emenda Constitucional nº 55/2016, que congela os investimentos em educação por 20 anos, e a “reforma” do ensino médio² que tem consequências desde as etapas da educação básica até a superior exemplificam algumas das mudanças ocorridas em nível federal ao longo do último ano e que impactam em todos os âmbitos educacionais. Na mesma direção, o governo do Estado do Rio Grande do Sul enviou em 2016 para Assembleia Legislativa um pacote de medidas que vão desde a extinção de fundações públicas à alteração no regime próprio da previdência dos servidores públicos do Estado. Tais medidas refletem diretamente na educação pública estadual porque atingem um grande número de servidores públicos envolvidos com a educação e as escolas públicas em seu conjunto.

Considerando esse panorama mais amplo, este artigo busca identificar como diferentes escolas públicas no/do campo, localizadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, têm se organizado frente à flexibilização de direitos sociais que vem ocorrendo no Brasil, com efeitos e

¹ Boff (2017), em recente entrevista, avalia que “um dos efeitos mais perversos do golpe parlamentar, destituindo com razões juridicamente questionáveis pelos juristas mais conceituados de nosso país e também do exterior, foi impor um projeto econômico-social de ajustes e de modificações legais que significam um assalto ao já combatido bem comum”. Para mais informações ver <<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2017/01/09/o-golpe-parlamentar-como-assalto-ao-bem-comum>>.

² Instituída pela lei nº 13.415/2017, que altera as leis nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

repercussões no campo educacional. Trata-se de uma série de ações que abrangem desde alterações curriculares, a precarização das condições de trabalho até o fechamento de escolas. Cabe ressaltar que os dados apresentados nesse artigo fazem parte de uma pesquisa que se encontra em andamento sobre a realidade das escolas do/no campo no contexto do Rio Grande do Sul³.

2. Marco teórico e metodológico

No Brasil algumas experiências educativas têm suscitado e estimulado debates sobre como pensar a educação e a escola de modo alternativo ao sistema escolar hegemônico. Entre elas podem-se destacar as experiências de Educação Popular⁴ que surgiram “formalmente” a partir da década de 1960 e a luta pela Educação do Campo, influenciada pela educação popular, que se fortaleceu no final da década de 1990, a partir da demanda dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A Educação Popular disseminou-se no Brasil como instrumento eficaz para articular a educação com a formação sociopolítica de amplos setores sociais e lideranças populares na resistência ao regime militar e na formulação de alternativas político-organizativas emancipatórias e libertadoras. Inclusive constituiu-se como base pedagógica de diversos centros de educação popular emergidos nas décadas de 1970 e 1980 para trabalhar com diferentes temas relacionados à constituição e ao fortalecimento de sujeitos sociais e políticos em seus processos organizativos em torno de mudanças micro e macrossociais. A Educação do campo nasceu embebida dessa perspectiva educacional historicamente contextualizada nas lutas por libertação.

³ Registra-se que em razão do momento vivenciado a nível estadual, que envolve o parcelamento de salários do funcionalismo do Estado a mais de 9 meses, muitas escolas da rede estadual encontravam-se em greve durante a realização do trabalho de campo, o que dificultou para a ampliação da coleta de dados nas escolas.

⁴ Conforme Paludo (2012), “as raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular. Enfim, são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana” (p. 283).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ao analisar a Educação do campo⁵ Caldart (2009) identifica o contexto, práticas e sujeitos; discute tensões e contradições ao longo do seu percurso (principalmente entre o Estado e os movimentos sociais) e identifica impasses e desafios relacionados à crise do capitalismo e seus desdobramentos em questões relacionadas ao trabalho do campo. Com base nessas referências da constituição de sujeitos emancipados, a autora advoga que a Educação do campo não é uma proposta de **educação**, mas a afirmação e lutas por uma concepção de educação (e de campo) diferente da hegemônica. Assim, a Educação do campo:

se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38).

Nesse sentido, o *locus* e o vínculo de origem, bem como os principais protagonistas da Educação *do*⁶ campo são os movimentos sociais de luta pela reforma agrária e pelo território (particularmente o MST).

A autora destaca que é preciso ter cuidado para não confundir Educação com escola e, uma vez que Educação é mais que a escola, é necessário pensar a escola sempre em perspectiva, para que se consiga transformá-la “na direção de um projeto educativo vinculado a práticas sociais emancipatórias mais radicais” (CALDART, 2009, p. 43). Desse modo, a Educação se vincula a “lutas sociais por uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do

⁵ A autora destaca que a “Educação do campo não é Educação rural, com todas as implicações e desdobramentos disso em relação a paradigmas que não dizem respeito e nem se definem somente no âmbito da educação” (CALDART, 2009, p. 40).

⁶ “Na sua origem, o ‘do’ da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas” (CALDART, 2009, p. 41).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

trabalho, a favor da democratização do acesso à cultura e à sua produção, pela participação política e pela defesa do meio ambiente” (CALDART, 2009, p. 43).

A Educação do campo, de acordo com Caldart (2009), não é uma luta por um tipo específico de escola do campo. Ela nasce trazendo questionamentos tanto à política educacional como à teoria pedagógica. Sua crítica originária à escola (ou à ausência dela) não se faz no sentido de defender um tipo específico de escola para os trabalhadores do campo, mas de apontar para a necessidade da escola, como lugar de educação, estar presente em todos os lugares (entre os quais o campo é um deles), em todos os tempos da vida e para todas as pessoas. Nesse sentido, o que se propõe com a educação do campo não é fortalecer a contradição (inexistente) entre campo e cidade, mas antes “reconhecer a especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo” (CALDART, 2009, p. 47), buscando compreender como essa relação foi construída historicamente a partir da ideia de oposição, que é insuficiente para explicar a complexa relação que envolve a educação no campo e na cidade.

Sobre os focos de tensões e contradições presentes no contexto de origem da educação do campo e que ajudam a conformar seu percurso, um é relacionado à dinâmica do campo no interior do próprio capitalismo (com intensa expansão do capital internacional no campo, cuja expressão mais forte é o agronegócio) e o outro está relacionado à tensão (permanente) entre a Pedagogia do Movimento (dos movimentos sociais) e as políticas públicas (do Estado) (CALDART, 2009).

Em relação à expansão do capitalismo no campo, a autora destaca que a lógica de pensar o campo apenas como lugar de negócio faz com que as “escolas do campo” de certa forma percam sua função, muito embora a educação escolar dos trabalhadores do campo entre na (ou volte à) agenda política do país⁷. Isso ocorre num contexto de “reestruturação produtiva” que implica a necessidade de qualificação de mão de obra, demandando novos currículos para os cursos de agronomia, cursos superiores específicos para gestão do agronegócio e educação profissional que seja adequada e moldada ao contexto de expansão de agronegócio imperante no atual momento histórico.

Por outro lado, a Educação do campo se constitui pela articulação entre a política produzida pelos movimentos sociais e sua interação mais próxima com o Estado na busca/disputa pela formu-

⁷ A educação, de uma forma ou de outra, aparece sempre como essencial.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

lação de políticas públicas específicas para o campo que compensem ou, pelo menos, mitiguem a discriminação histórica sofrida pela população do campo no acesso às políticas de educação e outras políticas públicas afetas. Não é demais lembrar que as políticas públicas específicas para o rural brasileiro são uma conquista e construção ainda recentes, que adquirem maior expressão no cenário nacional a partir da década de 1990, especialmente com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da promulgação da Lei da Agricultura Familiar⁸, que contribuiu para o fortalecimento da identidade da agricultura familiar como uma categoria sociopolítica e econômica. Segundo Caldart (2009, p. 53):

Para os movimentos sociais, lutar pela Educação do campo é passar a pensar na educação do conjunto da classe trabalhadora e buscar pautar dessa forma, em uma perspectiva de classe, a questão da política educacional. E no específico de organizações como o MST, significa passar a compreender que a ocupação da escola pelo movimento precisa ser feita/pensada como apropriação da escola pelos trabalhadores, pelo seu projeto histórico e não apenas pelos interesses imediatos da organização, por mais justos, politizados e amplos que eles possam ser.

A autora salienta, ainda, que a disputa pela forma e conteúdo das políticas públicas gera riscos (de cooptação pela classe dominante), mas também possibilidades de ampliar a compreensão das formas de superação do capitalismo uma vez que não há como construir um projeto alternativo de campo sem ampliar as lutas e o leque de alianças para além do campo.

Outra questão importante é que, muitas vezes, para o sistema convencional de educação, a Educação do campo acaba sendo reduzida às escolas. Embora a pressão social traga a ideia de especificidade, no momento da formulação de uma política a tendência acaba não sendo o específico⁹, de modo que esse acaba tendo que se enquadrar na forma já instituída - mesmo que muitas vezes essa forma tenha contribuído para a exclusão e a discriminação que justificaram a discussão da especificidade. Diante disso, um desafio para os movimentos sociais consiste na superação dos impac-

⁸ Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm.

⁹ “Algo um pouco diferente se admite hoje em algumas políticas focais, recortadas no tempo, no espaço, nos sujeitos, mas que então não se configuram como políticas efetivamente públicas, de perspectiva universalizante.” (CALDART, 2009 p. 54).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ses que resultam de sua articulação e aproximação com o Estado. A autora destaca que é preciso resgatar o protagonismo dos movimentos sociais trabalhando a Educação do campo e a pedagogia do movimento de forma integrada, não perdendo de vista que a Educação do campo deve ser compreendida para além de uma política pública e para além da educação escolar. Portanto, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais devem continuar pressionando pelo direito ao acesso à educação, não podem descuidar e nem recuar na disputa pelo conteúdo da política e pela concepção de campo e de educação que conformam historicamente a identidade da Educação do campo.

Caldart aponta como desafio para a Educação do campo a tarefa de intensificar a pressão por políticas públicas que garantam cada vez mais o acesso à educação ao conjunto dos trabalhadores do campo. Inclusive, é preciso ir além disso, radicalizando a Pedagogia do Movimento, uma vez que ela assume uma intencionalidade educativa na direção de promover outros valores na construção de outro modelo de produção e de relações sociais comprometidas com o “equilíbrio ambiental e humano” (CALDART, 2009, p. 60). Nos últimos anos ocorreram avanços conquistados pelos movimentos em prol da Educação do campo que problematizam a vida no campo e não reivindicam apenas o acesso à escola. Pois, envolvem um projeto de sociedade que busca superar a dicotomia campo-cidade e a visão do rural como um local de atraso, para compreendê-lo como um espaço de produção e reprodução da vida e da cultura das pessoas que vivem nesses territórios.

Minayo e Gomes apontam que a metodologia pode ser compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (2013, p. 14), incluindo simultaneamente a teoria da abordagem – método – os instrumentos de operacionalização do conhecimento – técnicas – e a criatividade da pessoa empenhada no processo de realização da pesquisa. Assim, concepções e práticas interagem continuamente ao longo do percurso da pesquisa, ainda mais quando esta se refere a realidades em mudanças relativamente rápidas no tempo e no espaço, como este trabalho que envolveu interlocuções junto a escolas públicas, através da observação participante e de entrevistas semiestruturadas. As escolas pesquisadas localizam-se nas regiões central e sul do Estado do Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre¹⁰.

¹⁰ Encontra-se em andamento a realização de pesquisa documental e de campo, da qual este artigo faz parte de uma pequena amostra, com vistas a historicizar o contexto que culminou na abertura de algumas escolas públicas no/do



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

3. Análise e discussão de dados

“Não Vou Sair do Campo”¹¹

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola.

O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé.

Cultura e produção
Sujeitos da cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população
Construir uma nação
Construir soberania
Pra viver o novo dia
Com mais humanização.

Quem vive da floresta
Dos rios e dos mares
De todos os lugares
Onde o sol faz uma fresta
Quem a sua força empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa.”

campo, como elas estão organizadas e como estão convivendo com as drásticas mudanças na política educacional em relação às escolas rurais.

¹¹ Letra e melodia de Gilvan Santos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Um marco importante do Movimento por uma Educação do campo no Brasil, segundo Dalmagro (2011), foi a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás, em 1998. A mesma foi motivada e contou com a participação e protagonismo de movimentos sociais (principalmente do MST), movimentos sindicais e outras organizações do campo. No mesmo ano criou-se a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, com o objetivo de incidir na construção e promoção de políticas públicas de acesso à terra e à escola pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas também tencionar o modelo de desenvolvimento rural, agrícola e de sociedade, desde a ótica dos segmentos e sujeitos sociais historicamente periféricos ao modelo educacional hegemônico.

Ao longo dos anos 2000 ocorreram vários avanços na criação de políticas, instrumentos e normativas que pautaram a educação do campo, dentre eles destaca-se a constituição das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, impulsionada pelo Conselho Nacional de Educação. Em 2004 foi criado e organizado um grupo de trabalho permanente sobre Educação do campo na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do qual resultou o documento “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”. Em 2008 foram aprovadas as “Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica no Campo”. Na sequência, em 2010, a Educação do Campo tornou-se uma modalidade de ensino normatizada pelo Decreto que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (PASTORIO, 2015).

Esse conjunto de iniciativas abriu oportunidades para avanços significativos, tanto na formulação do marco legal como na proposição e implementação de políticas públicas, ainda que localizadas, para se avançar na realização do direito à educação de acordo com as realidades específicas dos diferentes sujeitos sociais emergentes, como os assentados da reforma agrária e outros.

O Estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios, com população de 10.695.532, sendo 9.102.241 considerada urbana e 1.593.291 rural. Conta com 2.469 escolas do campo, das quais 1.859 pertencem à Rede Municipal e 610 à Rede Estadual. Paludo e colaboradoras acentuam



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

diferentes desafios vivenciados nas Escolas do Campo, que envolvem desde problemas relacionados ao transporte escolar, ao acesso (especialmente ao Ensino Médio), jornadas exaustivas de trabalho dos professores e desvalorização desses profissionais até a pouca reflexão e informação sobre a Educação do Campo, prevalecendo uma visão de ensino urbanocêntrico (PALUDO et al., 2015).

Tais questões aumentam a importância do Estado exercer um papel estratégico na formulação e implementação de políticas relacionadas ao tema. No entanto, nos últimos anos isso vem ocorrendo de modo inverso, cujos resultados se mostram na fragilização de todo tipo de estruturas e de iniciativas que foram implementadas a partir das mudanças no marco legal e da introdução do PRONERA. Isso evidencia que o Estado distanciou-se da implementação da Política de Educação do Campo ao priorizar o modelo convencional de educação, com foco na centralização das escolas rurais em distritos ou na sede dos municípios, com base no discurso da racionalização dos recursos humanos e financeiros para viabilizar a educação pública no rural.

4. Considerações finais

A Educação do campo é uma construção contínua de um novo modo de conceber a escola em seu meio, baseada na resistência da comunidade escolar e do conjunto das famílias que habitam os territórios rurais. No entanto, por tratar-se de uma política ainda incipiente e que suscita resistência por parte de agentes públicos, não se criaram as bases estruturais no interior do Estado para a sua implementação. Desse modo, essa modalidade de construção do processo de ensino-aprendizagem acaba caracterizando-se mais como um programa descontínuo de governo do que, propriamente, como uma política pública permanente e efetiva na realidade das famílias rurais.

Os avanços alcançados na construção do marco legal da Educação do campo, no entanto, foram insuficientes para gerar a institucionalização dessa política por meio de programas e ações que viessem a garantir maior estabilidade à Educação do campo. Ou seja, a descontinuidade de projetos de governos no Estado do Rio Grande do Sul também se mostra em relação à descontinuidade no apoio sistemático à Educação do campo e à correspondente sustentabilidade dessas iniciativas, tanto



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

no interior das estruturas do Estado como nas comunidades rurais onde tais iniciativas vinham se desenvolvendo em estágios ainda embrionários e não consolidados.

O baixo estímulo por parte do Estado à Educação do campo tem ocasionado que, gradualmente as comunidades dos assentamentos e a comunidade escolar como um todo apresentem certo “cansaço” na resistência para a manutenção das escolas e do processo da Educação do campo. A carga de responsabilidades se torna onerosa à comunidade escolar diante do baixo apoio institucional do governo do Estado a essas iniciativas que vinham produzindo um diferencial qualitativo em termos de processos educativos contextualizados.

Em tempos difíceis a Educação do campo segue exercendo um papel estratégico como um espaço de retroalimentação de sonhos e projetos que apontem para modelos e sistemas alternativos de educação e de sociedade a partir das realidades específicas, de modo que toda comunidade escolar se constitua em sujeito do processo educacional em construção.

VI. Bibliografía

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, educação e saúde (Online)*, v. 7, p. 35-64, 2009.

PALUDO, C, SOUZA, M.A, BELTRAME, S.A.B. Escolas do campo na região sul do Brasil: primeiras aproximações a partir do IDEB. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v.6, n.2, p.290-316./dez 2015

PASTORIO, E. Nucleação das Escolas do Campo: o caso do município de São Gabriel/RS. *Dissertação de mestrado* Universidade Federal de Santa Maria, 161p., 2015.

DALMAGRO, S.L. Contribuições da educação escolar do MST à Educação do campo. In MUNARIM, A., BELTRAME, S.A.B, CONDE, S.F., PEIXER, Z.I. Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: *Insular*, 2011.